

A PROPÓSITO DOS "MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS"

Jean Lojkiné

I

INTRODUÇÃO

O objeto deste artigo visa menos a apresentar minha concepção dos movimentos sociais urbanos do que a confrontar as hipóteses que tenho podido elaborar, a partir da realidade francesa, com a realidade brasileira, tal como foi relatada por pesquisadores brasileiros que pude encontrar durante a permanência de um mês efetuada nesse país.

Trata-se, pois, para mim, de tentar primeiramente encontrar na minha análise da situação francesa, e, mais geralmente, dos países capitalistas desenvolvidos, aquilo que pode ter um sentido para um país em desenvolvimento como o Brasil, à maneira como MARX, no seu prefácio ao *Capital*, se dirigia aos seus compatriotas alemães:

"De te fabula narratur" — a história que eu contei concerne a ti também, afirmava ele, mesmo quando muitas coisas separavam a Grã-Bretanha, "modelo" de país capitalista desenvolvido e objeto privilegiado do *Capital*, da Alemanha subdesenvolvida da época. Para definir este "universal" concreto que caracterizaria tanto a França quanto o Brasil, é difícil para mim de não retornar às hipóteses que fundamentam minha definição do urbano (1) e por conseguinte orientam minha análise dos movimentos sociais urbanos. Para mim o ur-

(1) Cf. Jean LOJKINE: *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. Lisboa: Martins Fontes, 1981.

bano não se reduz de fato nem à esfera do consumo nem àquela da reprodução da força de trabalho, mas se refere, ao contrário, ao espaço de convergência, de interação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução dos homens, entre a esfera da empresa e a da vida quotidiana. A Cidade não é apenas a habitação mesmo quando existem "cidades-dormitórios", e não é tampouco um simples apêndice da empresa, mesmo quando existem "cidades-usina". Mas a consideração da globalidade inteira e de toda a riqueza do urbano, notadamente nas grandes metrópoles, se choca, no contexto brasileiro, com a importância privilegiada que nele assumiram, parece, as lutas urbanas centradas no espaço de residência, quer se trate de movimentos dos favelados, quer dos comitês de bairros.

Sem pretender explicar aqui a especificidade da realidade brasileira, gostaria de insistir numa das causas possíveis dessa especificidade: a distorção entre o desenvolvimento da economia capitalista durante estes últimos vinte anos e o subdesenvolvimento da reprodução da força de trabalho (2), diferentemente daquilo que ocorreu em todos os países capitalistas desenvolvidos — onde o movimento operário é poderoso — após a Segunda Guerra Mundial.

Este fato não existe talvez sem ligação com a exacerbação das contradições urbanas num país como o Brasil, tanto mais que nele o movimento operário era fraco demais para se exprimir diretamente — exceto em São Paulo — na empresa: seria, pois, a fraqueza da organização operária na empresa que explicaria a força relativa das lutas no espaço residencial, onde a repressão era mais fraca (3).

Mas, pode-se falar da mesma maneira do "movimento operário" e da "classe operária" na França e no Brasil, onde a massa das camadas sociais proletarizadas está voltada para o trabalho precário e para o setor informal?

Respondo a essa questão na segunda parte deste artigo dedicada à "classe operária". Contentar-me-ei, pelo momento, de sublinhar as duas séries de problemas propostas pelo próprio uso da noção de "movimento operário" em relação à noção de "movimento social".

Primeiro problema: é, através do movimento operário, o do papel representado pela classe operária nesta nebulosa

(2) Cf. Lúcio KOWARICK: *A Espoliação Urbana*. Rio: Paz e Terra, 1979.

(3) Cf. Lúcio KOWARICK: "The Pathways to Encounter. Reflections on the Social Struggles in São Paulo", CEDLA, Amsterdam, oct. 1983.

social que os pesquisadores brasileiros qualificam de "camadas populares". Se é bem na empresa e na produção que se efetua a divisão entre o capital e o trabalho, entre aqueles que produzem e aqueles que realizam a extorsão da mais-valia, qual é a significação estratégica de movimentos sociais situados no espaço do consumo, onde se amalgamam camadas operárias, desempregados, camadas médias, intelectuais e até profissões independentes? Não seria uma maneira de afogar e de marginalizar o papel mesmo da classe operária?

Segundo problema: a relação entre o caráter aparentemente "espontâneo" do "movimento social" e o caráter organizado, institucionalizado do movimento operário, sindical e político. Não se deve seguir o sociólogo Alain TOURAINE que opõe radicalmente a esfera de desenvolvimento do movimento social e a esfera do poder político e estatal? Mas, quais laços se estabelecem então entre partidos políticos e movimento social: pode-se contentar-se com pensar suas relações como relações de exclusão?

* * *

Tentarei responder a todas essas questões recorrendo à história: antes de mais nada, a história do movimento operário francês e, mais particularmente, parisiense; em seguida, a história da classe operária. Porque no meu entender esta *démarche* pode contribuir para desmistificar, aos olhos do leitor brasileiro, tanto a imagem do movimento operário ocidental quanto a de uma classe operária "unificada" e constituída como tal desde toda a eternidade.

No livro que escrevo atualmente sobre o movimento operário parisiense (4), tento, com efeito, pôr em evidência o modo como o movimento operário, em seu componente revolucionário que é majoritário na aglomeração parisiense (CGT e PCF), se constitui ao redor de três características:

1. A constituição na empresa de um "sindicalismo de classe" organizado da forma mais simples, na oficina, em torno da defesa do "valor" da força de trabalho. TOURAINE o compara ao "sindicalismo de mercado" de tipo norte-americano, na medida em que estaria centrado na reprodução

(4) Para a primeira fase da pesquisa, cf.: Jean LOJKINE e N. VIET-DE-PAULE: "Classe ouvrière, société locale, et municipalités en région parisienne", CEMS, juin 1984.

imediate da força de trabalho. É verdade, mas não se pode ao mesmo tempo apagar a ligação entre tais reivindicações econômico-corporativas (GRAMSCI) e a referência — a “tradução política” — a um modelo político (os socialismos e o comunismo) que liga o quotidiano a uma representação global, um projeto de sociedade (o socialismo da “grande noite”). A estreita imbricação entre CGT e PCF corresponde a essa divisão das tarefas entre um sindicalismo do quotidiano que, em nome da recusa à “colaboração de classe”, deixa ao patronato o monopólio da gestão, e uma organização política — nascida na empresa — encarregada de relacionar essas reivindicações quotidianas com a cena política partidária e parlamentar.

2. a constituição no espaço de residência de uma “gestão social” da vida quotidiana em torno das comunas operárias conquistadas por militantes do movimento operário. Na ausência total de proteção social estatal (em França, a segurança social e as alocações familiares datam de 1945) e em plena crise dos anos 30, as municipalidades operárias vão prolongar as lutas por salários, na empresa, por meio de lutas — que elas apóiam ou sobre as quais se apóiam — a favor do “salário social”, isto é, a proteção das famílias, das crianças, dos desempregados... Essa “gestão social” será depois estendida à gestão do consumo coletivo (habitações, escolas, equipamentos coletivos sócio-culturais), mas permanecerá profundo o corte entre o “social”, domínio da ação municipal, e o “econômico”, domínio dos patrões. Tudo o que as municipalidades operárias farão para se diferenciar das municipalidades “burguesas” reside em taxar mais fortemente as empresas instaladas em seu território. Na empresa e na comuna, o slogan é o mesmo: “os patrões podem pagar”. A idéia de evitar falências de PMI's (Pequenas e Médias Indústrias), excessivamente taxadas em período de crise, e de refletir sobre uma nova gestão nacional do crédito... é uma idéia de 1982-1983... e não uma idéia de 1935...

3. a terceira característica do movimento operário parisiense é a sua capacidade de utilizar o espaço urbano de Paris e da periferia próxima como instrumento de integração e de unificação social, demográfica e política dos imigrantes que afluem em massa de todas as províncias. Essa integração se fará ao mesmo tempo na e em torno da empresa pela cons-

tituição de um sindicalismo de classe que saberá ultrapassar os corporativismos dos ofícios (desde os ofícios artesanais dos antigos operários da madeira e do ferro até as novas funções dos operários de fábrica), para criar um sindicalismo de ramos. E no espaço da residência, em torno da comuna e de suas associações-*relais* (satélites): cultura, lazer... comitês de desempregados, de locatários...

Essa tríplice caracterização do movimento operário parisiense coloca por sua vez três questões, em função mesmo da problemática que apresentei no início.

1. Pode-se legitimamente estabelecer uma ligação entre as lutas conduzidas pelo "sindicalismo revolucionário" nas empresas metalúrgicas e a gestão municipal praticada por eleitos do movimento operário? Como conciliar o "antiestatismo", o apoliticismo virulento do movimento operário na empresa e a própria noção de gestão de um segmento do aparelho de estado?

2. Falar de "contra-hegemonia" operária ou de sistema hegemônico implica na medida de uma influência dominante de uma ou de várias formas de organização da classe operária. Ora, muitos historiadores têm insistido justamente na fraca influência das organizações sindicais e políticas provenientes da classe operária. A fraqueza da sindicalização na metalurgia, os numerosos sintomas da defasagem entre base social e aparelho sindical são em geral os critérios apontados para pôr em dúvida a própria idéia de "hegemonia". Não ocorre o mesmo no domínio da vida quotidiana: as lutas dos desfavorecidos, dos locatários ou dos desempregados, as formas de vida associativa que estruturam essa "sociedade operária" de que fala J. BRUNET (5), não são elas outra coisa que a "sociedade comunista" ou a organização municipal socialista?

3. Não existe, enfim, algum abuso em identificar essa "contra-hegemonia", se contra-hegemonia houver, com a simples medida da implantação do PCF? O peso — acabamos de ver — dos militantes operários metalúrgicos entre os eleitos do PS não nos deve levar a pôr no mesmo plano PCF e PS no estudo das formas de organização da classe operária parisiense?

(5) J. P. BRUNET: *St. Denis, la Ville Rouge*. Paris: Hachette, 1981.

Tentarei responder a essas três questões partindo da própria história do movimento operário parisiense, tal como ele se constituiu no espaço urbano de Paris e de sua periferia.

1. *Do sindicalismo revolucionário à gestão municipal*

Primeiro problema: como se pôde fazer o encontro entre um movimento operário profundamente marcado pelo anarco-sindicalismo e o acesso de militantes operários à gestão municipal?

Antes de mais nada, pode-se explicar esse encontro pela continuidade mesma entre as lutas operárias em defesa do poder aquisitivo, do salário, e as primeiras políticas municipais — nas comunas geradas pelo movimento operário — centradas naquilo que se poderia chamar o “salário social”. A segurança social e as alocações familiares não existem em França no período entre as duas guerras mundiais e são freqüentemente as municipalidades operárias que se encarregarão do financiamento e da gestão dos fundos sociais destinados às famílias necessitadas e aos desempregados, num contexto de crise econômica profunda. A distribuição das “sopas populares”, dos pacotes, das roupas, dos calçados, na Prefeitura e nas escolas representará um papel fundamental para tecer os primeiros laços de solidariedade entre a fábrica e a cidade. Mas não se trata de uma simples política paternalista de assistência social: os operários eleitos dessa época não são “dignitários”, substitutos do Estado central, que constituíssem relações clientelistas com sua base eleitoral. São antes de tudo eleitos “porta-voz” dos movimentos sociais, que sustentam diretamente as lutas conduzidas tanto na empresa quanto no espaço de residência (lutas dos locatários, dos desempregados, lutas pelos transportes, etc...).

Segunda ligação: a transferência para o domínio da habitação da experiência adquirida na empresa.

Conforme já o mostrei em meu artigo publicado na revista *Dados* (6), pode-se encontrar numerosos exemplos em que, como na comuna de Bagneux, a tomada do poder da municipalidade pelo movimento operário não coincidirá diretamente

(6) IUPERJ, Rio, Vol. 26, n.º 2 (1983): “Classe Operária e Estado: a experiência francesa de Municipalidades socialistas e comunistas”, pp. 197-212.

com lutas na empresa. Nessa comuna de subúrbio “dormitório”, onde não existem grandes empresas susceptíveis de constituir um forte núcleo militante, é no espaço de residência que se desenrolará uma ação coletiva decisiva: a luta dos locatários da “Cidade dos Pássaros”, sociedade imobiliária privada. Todavia, a maioria dos locatários não são operários, mas empregados, artesãos, comerciantes... Mas são militantes operários que trabalham nas grandes empresas da região (metalúrgicas, companhias de bondes...) que desempenharão um papel indutor na organização das lutas (greve dos aluguéis, manifestações) assim como na gestão da vida quotidiana da Cidade.

Igualmente em Montreuil (7), outra comuna de subúrbio, a batalha decisiva se desenrolará ao redor dos C.I.G. (Comitês de Interesse Geral), onde os militantes operários conseguirão rechaçar a influência dos pequenos “dignitários” que controlavam até então os CIG’s e serviam de simples “substitutos” à Instância municipal.

Terceiro exemplo: terceiro tipo de ligação entre as lutas operárias e as lutas no espaço de residência: a experiência dos “desfavorecidos” na periferia de Paris, entre 1921 e 1931.

Jean BASTIÉ (8), com efeito, mostra muito bem como essa poderosa mobilização operária e popular (9) “contra” a ausência de ruas calçadas, de esgotos, de água encanada, de eletricidade e de gás, contra os loteadores fraudulentos e a impotência dos poderes públicos — tanto centrais como locais — foi também uma aprendizagem de auto-organização e até mesmo de um certo tipo de gestão da vida quotidiana: “Desde o começo, as associações mutuárias de poupança às quais pertenciam cerca de dois terços, e em seguida as associações sindicais que os agrupavam todos, lhes deram um certo sentido da solidariedade e da organização. As primeiras assembléias gerais anuais foram muito seguidas, as dis-

(7) Cf. Maurice CASSIER: “Classe ouvrière et municipalités en région parisienne, Montreuil ouvrier et républicain: formation, évolution et crise d’un ‘bastion communiste’”, *Mémoire de D.E.A.*, Paris: EHESS, 1981.

(8) *La croissance de la banlieue parisienne*, op. cit. (Nota do Trad.: respeitei a referência tal como vem no texto, mas há aqui um equívoco do autor, pois essa obra não fora citada anteriormente).

(9) *Ibidem*, p. 235: “Em sua massa os desfavorecidos de pós-guerra são operários e pequenos empregados, ao passo que antes de 1914 tratava-se de pessoas melhor situadas”.

cussões, as eleições de síndicos, de diretores desenvolveram o seu senso da democracia. E já que pagavam a metade dos trabalhos, eles os vigiavam, discutindo, o que agudizava seu espírito crítico. Essa rua cujo solo eles pagaram, cedida depois à sua associação sindical, essas calçadas, esses esgotos, que eles pagaram também, eram seus, sua propriedade coletiva.”

Além disso, o desfavorecido havia desmoitado o seu jardim, cercado o seu lote, e freqüentemente construído a sua casa com suas próprias mãos... Tudo isso lhe fornecia, guardadas as devidas proporções, uma mentalidade de pioneiro. Numerosos foram aqueles que alternadamente exerceram as funções de síndico... ou de diretor, tiveram que discutir com as autoridades (Prefeitura, Pontes e Estradas, etc.), com os empresários, de se corresponder com eles, de estabelecer um orçamento. Tais associações constituíram uma escola de militantes sindicais e políticos. Muitos diretores de associações terminaram por ser conselheiros municipais ou prefeitos, e até militantes sindicais aí chegaram.

Última mediação — e não das menores — entre luta reivindicativa e gestão política, a experiência durante a Frente popular (1936) das ocupações de fábrica vai fornecer um campo de experimentação particularmente rico para a aprendizagem da gestão.

B. BADIE (10) nota a esse respeito a nova credibilidade que vão adquirir os militantes operários quando da ocupação das usinas Renault em 1936: o comitê de greve procedia a uma repartição rigorosa das mercadorias coletadas para os grevistas; tais mercadorias eram primeiramente “coletivizadas e estocadas numa dependência da fábrica... Para os operários que permaneciam na fábrica... os delegados de oficina davam conhecimento do volume de gêneros de que tinham necessidade e refeições eram então servidas nas cantinas aos ocupantes.”

Para aqueles que permaneciam fora da fábrica e para suas famílias, o procedimento era mais severo. “Cada operário dispunha de um certo número de tíquetes distribuídos proporcionalmente ao número de pessoas de que estava encarregado: ao apresentar esses tíquetes, ele podia receber, duas vezes por

(10) “Front populaire aux Usines Renault”, *Le Mouvement Social*, n.º 81, oct. déc., 1972, p. 91.

semana, à rua Meudon, a quota de provisão que era possível lhe conceder. Assim, graças a essa greve, via-se aparecerem alguns princípios derivados da tradição socialista: a propriedade coletiva dos bens e a sua repartição gratuita em proporção às necessidades de cada um." Sem dúvida, é mister não superestimar o alcance dessa experiência de "auto-organização" muito mais do que de autogestão, segundo penso. A gestão econômica da empresa ou mesmo da oficina, e até uma organização do trabalho, como alternativa ao taylorismo, não estavam de todo na ordem do dia. Entretanto, se pode ver aqui concretamente uma das vias de passagem do sindicalismo revolucionário à gestão municipal, mediante novas formas de ação sindical. A nova geração dos militantes sindicais que se tornaram comunistas em 1935 não chegará de mãos vazias.

Esses quatro exemplos — que são balizamentos importantes na constituição do movimento operário parisiense — vão me permitir responder agora às duas outras questões que propus. E antes de mais nada, como explicar a relação entre organizações sindicais ou políticas — muito fracas até 1936 — e um movimento social de massa no setor da habitação (desfavorecidos, locatários), entre os desempregados, ou, em 1936, quando da ocupação das fábricas e da greve geral?

Pode-se retomar, penso, a imagem utilizada por L. KOWARICK dos "pequenos riachos" que terminam por formar um rio: a ação, mesmo minoritária, dos militantes nas fábricas, assim como nos bairros, vai terminar por se juntar ao descontentamento da grande maioria dos "desorganizados". Não se trata, pois, a nenhum título, de um movimento "espontâneo", mas antes de um salto qualitativo — difícil de explicar — entre uma multidão de micro-ações "invisíveis" e um movimento social cuja própria "visibilidade" não passa de um resultado. Na época, a expansão do PCF e da CGT não se explica de outro modo: foram organizações que melhor souberam estar à escuta das reivindicações mais profundamente inscritas na vida quotidiana dos operários e das camadas populares parisienses. Portanto, é vão, no caso francês, buscar dissociar de um lado o movimento social "espontâneo" e do outro suas formas organizadas (o que para um leitor brasileiro subentende freqüentemente: suas formas "estatais"). Já que justamente o PCF como a CGT se constituirão num movimento social mais vasto do que tais organizações, mas que, ao mesmo tempo, as nutre.

2. Os limites de uma "contra-hegemonia" operária

No auge da expansão desse movimento operário parisiense — nos anos da Frente Popular ou da Liberação —, é preciso, no entanto, não perder de vista os seus limites. Primeiramente, os seus limites espaciais: muito influente nos bairros periféricos de Paris — os mais operários — e numas vinte "comunas bastiões" do primeiro círculo do subúrbio (umas quarenta após 1945), a despeito de sua difusão para comunas da grande periferia, esse sistema hegemônico local permanece circunscrito a uma porção mui limitada do espaço urbano parisiense e notadamente fora dos espaços em que as novas camadas médias assalariadas vão se implantar maciçamente.

Pode-se, por hipótese, relacionar esses limites espaciais a um duplo limite interno do movimento operário como movimento social. Se se aceita definir um movimento social por sua capacidade de elaborar um projeto social — um projeto alternativo de sociedade — pode-se com efeito constatar que o movimento operário parisiense se defronta com dois limites, na medida em que ele permanece fundado numa nítida separação, de uma parte, entre o social e o econômico, e, de outra parte, entre o social e o político. Certamente, o político "cola" no social, na medida em que, tanto nos comitês de locatários quanto nos comitês de desempregados, numerosos militantes comunistas se referem freqüentemente ao "modelo soviético" e à necessidade de uma mudança radical (a passagem para o socialismo) para resolver fundamentalmente as atuais reivindicações. Mas o político permanece cortado do social, na medida em que não se inscreve como um prolongamento imediato do social: o movimento operário não possui ainda a capacidade de contestar concretamente, de maneira confiável, a gestão econômica e estatal da classe dominante. É o que representa, para mim, a característica dos "antigos" movimentos sociais. GRAMSCI já tivera a intuição desse problema quando insistia na necessidade que tinha o movimento revolucionário de provar, em todos os níveis, na "sociedade civil", a sua capacidade concreta de dirigir, para em seguida adquirir uma influência "dominante" no Estado. Mas sua problemática permanece limitada pela concepção reducionista da III Internacional (tanto de MARX como de LENIN) da "ditadura do proletariado" ("ditadura protegida por uma couraça de hegemonia", como diz ele), portanto, da

substituição de uma classe dominante por outra, no quadro de uma delegação de poder e de uma divisão reproduzida entre dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos.

Em meu livro de 1977 (11), eu opusera a esses antigos movimentos sociais as primícias de um movimento social em torno do conflito exemplar, no meu entender, das usinas Rateau na Courneuve (subúrbio parisiense). E isso, por duas razões que permitem justamente começar a ultrapassar os dois cortes que acabo de analisar. De um lado, com efeito, a defesa do instrumento de trabalho contra uma ameaça de fechamento da empresa (conflito de trabalho, luta contra dispensas) se viu integrada numa extraordinária rede de solidariedade intermunicipal: as numerosas municipalidades de Seine-St. Denis onde residiam os operários da Rateau permitiram organizar a solidariedade contra um grande grupo monopolista (a C.G.E.). Mas, sobretudo, o conteúdo mesmo da luta, de defensivo tornou-se ofensivo ao "sair da empresa" para propor, tão claramente pela primeira vez, no meu entender, o problema do papel da indústria no conjunto da região parisiense. No próprio campo da gestão patronal, a escolha da direção foi contestada em função mesmo do interesse estratégico das Usinas Rateau (fabricação de grandes turbinas para as centrais nucleares). O questionamento dos critérios capitalistas de gestão levava assim a uma nova solidariedade regional inter-empresas e também a uma nova interação entre espaço de trabalho e espaço de residência. Todas as lutas que se desenvolvem presentemente na Região Parisiense possuem essa característica. Certamente, elas não devem eclipsar as lutas no quotidiano orientadas para a criação de uma creche, de uma escola, de um espaço verde. Mas se se quer distinguir lutas corporativas e movimento social, penso que é esse, doravante, o eixo fundamental que vai caracterizar o movimento social revolucionário.

Por isso mesmo, simultaneamente, as municipalidades operárias tiveram de sacudir as antigas fronteiras entre o econômico e o social ao se ocuparem, ao começarem a se ocupar da gestão econômica das empresas em dificuldades, mas também da política estatal em matéria de planificação territorial e de crédito às empresas. Nesse sentido, as lutas na Europa pelos transportes (França e Itália) no curso dos anos

(11) *Le Marxisme, l'État et la Question Urbaine*. Paris: P.U.F., 1977 (tradução portuguesa, Lisboa: Martins Fontes, 1981).

60-70, os movimentos de *squatters* (*), me parecem corresponder mais à antiga lógica de classes dominadas do que a um verdadeiro movimento de apropriação da direção da sociedade pela classe operária.

É o lance hoje na França do uso social que será feito dos “novos direitos” dos trabalhadores votados depois de maio de 1981. É também, parece-me, o problema que está posto à sociedade brasileira, mediante a definição dos “movimentos sociais urbanos”, nos quais o antigo se mistura ao novo, as lutas pela simples reprodução da força de trabalho àquelas pela democracia tanto na empresa quanto na cidade.

II

DECOMPOSIÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Na mesma medida em que ela parece evocar uma categoria social unificada, estável e homogênea, a noção de classe operária parece pouco pertinente para analisar a estrutura social brasileira. Do mesmo modo que para o “movimento operário”, a gente se choca aqui também, na minha opinião, com um mito: o de uma classe operária — tal como ela existiria na Europa — cuja unidade e homogeneidade seriam quase “naturais”, ou, em todo caso, corresponderiam ao tipo mesmo de capitalismo que nasceu na Europa.

O que é ainda uma maneira de reduzir o marxismo a um método de análise cujo alcance estaria limitado às fronteiras dos grandes países capitalistas desenvolvidos. Eu gostaria de mostrar aqui que não se trata nada disso e que o debate, com a crise, está tão vivo na Europa quanto no Brasil... com a diferença de que, se o problema para os Brasileiros parece ser hoje a pesquisa dos fatores de unificação das categorias operárias, tudo indica que em França a *démarche* seja exatamente a inversa: a gente questiona a unidade em nome da diversidade.

Com relação a esse ponto também, penso que o recurso à história permite superar os pontos de vista unilaterais, mecanicistas, recompondo aquilo que fez ao mesmo tempo a

(*) *Nota do Tradutor:* pessoas sem moradia que se instalam ilegalmente num local desocupado.

unidade e a diversidade da classe operária européia desde cerca de dois séculos.

Se acreditarmos na esmagadora maioria das pesquisas sociológicas atuais, a classe operária francesa vai mal. Cada vez mais dividida em grupos antagônicos ou disparatados tanto no nível da empresa quanto do espaço residencial, decomposta ou diluída em escalas de estratificação, ela teria perdido toda unidade e, por via de consequência, toda capacidade histórica de se apresentar sobre a cena política como o ator principal da mudança de nossa sociedade.

A esse respeito, a pequena obra coletiva *Crise et avenir de la classe ouvrière* que agrupa E. MAIRE, B. TRENTIN, sociólogos e historiadores próximos ao PS e à CFDT (12), possui o mérito de mostrar bem a ligação entre tais diagnósticos pessimistas e a nova estratégia do movimento operário reformista. Assim, para P. ROSANVALLON, "a situação atual nos obriga a não mais aceitar como evidente a noção mesma de classe operária. Dizer classe e dizer unidade é de fato a mesma coisa. Ora, hoje, é a explosão, o esmigalhamento que caracteriza o mundo dos assalariados" divididos em função da precariedade do emprego, da natureza das vantagens sociais, do nível dos salários, das formas de organização coletiva, sem falar das clivagens sexuais, étnicas ou geracionais.

Desde então, para esses autores, os "velhos mitos" da unidade operária não resistem à decomposição da classe obreira, quer se trate da recomposição do operário coletivo em torno dos operários qualificados (os autores visam aí essencialmente a CGT e o PCF), dos técnicos, núcleo da "nova classe operária" (13) dos anos 60, ou dos O.S., através das teorias italianas dos anos 70 sobre o "operário massa" (14).

De fato, o que é visado por todos esses autores é a capacidade operária de superar suas divisões mediante formas de identidade coletivas ligadas ao processo de produção.

Ora, para P. ROSANVALLON, a produção está dominada pela lógica do capital que divide hoje a classe operária. É

(12) J. JULLIARD, P. ROSANVALLON, Alain TOURAINE, M. WIEVIORKA, collection "Faire", Paris: Ed. du Seuil, 1979.

(13) Cf. S. MALLET: *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Ed. du Seuil, 1963.

(14) Para um balanço atual dessa teoria, cf. *Usines et Ouvriers. Figures du nouvel ordre productif*, présenté par J. P. de GAUDEMAR, Paris: Maspéro, 1980 (B. CORIAT, R. GALLE, J. P. de GAUDEMAR, F. VATIN, S. BELFORT, M. CIATTI, A. MAGNAGHI, M. BERRA, M. REVELLI et. A. A. NEGRI). Ver minha análise mais adiante.

preciso, pois, "formar a unidade operária sobre *uma base distinta daquela da fábrica*", rearticulando os problemas da empresa e os do quadro de vida. Do mesmo modo, E. MAIRE privilegia nitidamente na ação operária "um projeto consciente de transformação do modo de vida, do tipo de consumo", o que significa claramente, como o nota TOURAINE, que a ação operária na empresa tornar-se-ia secundária em relação aos "novos movimentos sociais" nascidos no consumo ou nos locais da gestão e da comunicação .

Daf, a unidade operária e a própria idéia de uma "classe" operária perderiam todo interesse em proveito de uma nebulosa social em que as novas camadas médias assalariadas e notadamente os trabalhadores intelectuais teriam um papel hegemônico.

Vê-se a manobra política e estratégica de toda pesquisa que tem por objeto a classe operária: se na verdade a classe operária não tem mais unidade na produção, no local da exploração e, portanto, da formação de sua identidade, ela não passa então de uma classe dominada ou de um conjunto de camadas marginais, no máximo capazes de revoltas punctuais mas incapazes de intervirem lá onde se tomam as decisões, de elaborar um projeto de sociedade válido para o conjunto das camadas dominadas.

Meu propósito aqui não é absolutamente o de demonstrar o caráter revolucionário ou não da classe operária, mas simplesmente de alimentar o debate, em seu nível científico, com alguns elementos que podem contribuir para melhor esclarecer a realidade da classe operária hoje. Nada seria pior aos meus olhos do que uma reação defensiva e, digamo-lo, "obreirista" do movimento operário face à pesquisa sociológica, como se as necessidades da solidariedade militante implicassem no recalque de tudo aquilo que, no conhecimento da realidade operária, pudesse prejudicar a vontade unitária.

1. *Um Falso Debate: unidade ou divisão operária?*

Todos os pesquisadores sérios sublinharam a pouca consistência do debate que reduziu o problema da unidade da classe operária a uma oposição — mítica — entre a divisão atual e uma unidade passada. Se existe uma constante histórica velha como o capitalismo é bem a do movimento de decomposição e de recomposição da classe operária, em função dos dife-

rentes estádios e fases de desenvolvimento do capitalismo, mas também das formas específicas de organização do movimento operário.

Desde 1845, em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ENGELS relaciona assim a expansão econômica da Grã-Bretanha — graças à generalização da legislação de fábrica e à dominação dos capitalistas industriais — à diferenciação da classe operária entre seus setores “protegidos”: os operários de fábrica e da construção — sindicalizados nas Trade Unions — que obtêm melhorias “duráveis” de seu nível de vida, e a grande massa que só recebe melhorias “provisórias” constantemente repostas no nível anterior “pelo afluxo da grande multidão da reserva dos trabalhadores desempregados, pelas novas máquinas que lançam continuamente trabalhadores fora do circuito e pela chegada dos operários agrícolas substituídos eles também cada vez mais pelas máquinas” (15).

MARX igualmente, em *O Capital*, distingue, em ligação mesma com a sua análise do funcionamento da economia capitalista, “os operários simplesmente submetidos à inatividade friccional” (*superpopulação no estado flutuante*), os operários que conhecem um subemprego crônico (*superpopulação latente*, principalmente rural), os operários que conhecem uma irregularidade extrema de sua ocupação (*a superpopulação estagnante*) e, enfim, os operários fechados no inferno do pauperismo: os adultos desempregados definitivos embora capazes, as crianças assistidas, e os trabalhadores “desmonetizados” (trabalhadores idosos, acidentados do trabalho, trabalhadores cuja qualificação está ultrapassada).

Ao passo que os trabalhadores ativos se diferenciam em função de sua qualificação, dos horários de trabalho e do modo de remuneração — em que MARX opõe, como ENGELS, a aristocracia operária (contramestres, supervisores, trabalhadores de fábrica em tempo integral) e a massa dos operários de emprego precário (16). Mas, ainda aí, o interesse dessas análises não se limita a descrições — freqüentemente de segunda mão — : ele está na relação que MARX e ENGELS tentam estabelecer incessantemente entre *o movimento de acumulação do capital* e *a estrutura de classe*. Assim, sobre

(15) p. 394, Cf. J. LOJKINE: “Pouvoir politique et lutte des classes”, *La Pensée*, n.º 166, déc. 1972, p. 146.

(16) Cf. René MOURIAUX: “Livres I du *Capital* et sociologie de la classe ouvrière”, *La Pensée*, n.º 166, déc. 1972, pp. 69-81.

esse ponto, Michel PIALOUX tem razão em insistir no fato de que tais diferenciações — contrariamente ao que pretendem as análises contemporâneas da “segmentação do mercado de trabalho” — não possuem nada de *dado e de imutável*: é, pois, ilusório opor um “exército ativo” que seria caracterizado pela estabilidade e pela qualificação e um “exército de reserva” caracterizado pela instabilidade e a desqualificação (17), já que, como o nota bem MARX, em sua análise da *superpulação relativa*, o exército de reserva já está presente no exército ativo do trabalho, um grande número dos indivíduos que fazem parte da superpopulação relativa são de fato trabalhadores superexplorados em setores industriais arcaicos ou em declínio (18).

Da mesma forma, a situação privilegiada de uma parte da classe operária pode ser questionada pelo próprio movimento de reestruturação do capital. Assim, no prefácio da edição alemã de 1892 da *Situação...* ENGELS observa que o desmoronamento do monopólio industrial inglês vai repor em questão a situação da aristocracia operária inglesa: “ela se verá alinhada um dia — inclusive a minoria dirigente e privilegiada — no nível dos operários do estrangeiro...” O que nem por isso acarretará a expansão “automática” do socialismo na Grã-Bretanha, contrariamente às previsões de ENGELS. Sem cair no economicismo, não se pode pois negar os laços entre o movimento da economia num longo período e a estrutura interna da classe operária.

Resta precisar esse duplo movimento histórico. Sem o que o movimento de decomposição-recomposição da classe operária reduzir-se-ia a um movimento perpétuo — quase mecânico — de “reestruturação contínua” (*sic*), sem que sejam postas à luz as grandes fases históricas de reestruturação do modo de produção capitalista (estádio clássico, estágio monopolista; monopolismo simples, o capitalismo monopolista de estado e sua crise...). A esse respeito, a análise de M. PIALOUX perde aqui seu rigor, na medida em que não relaciona o movimento de reestruturação interna da classe operária a análises precisas da evolução histórica do capitalismo (com suas especificidades nacionais) e do lugar que nela desempenha a intervenção do movimento operário.

(17) Michel PIALOUX: “Force de travail et structure de classe”, *Critique de l'Économie Politique*, n.º 15/16, avril-juin 1981, pp. 119-120.

(18) *Ibidem*.

Opondo os vinte anos de notável expansão do capitalismo inglês ao marasmo crônico que se inicia em 1876, ENGELS havia pressentido ao contrário como poder-se-ia relacionar a transformação da classe operária — notadamente a formação e o declínio da aristocracia operária britânica — aos grandes movimentos cíclicos ligados à acumulação do capital (19). O desenvolvimento da teoria marxista da sobreacumulação-desvalorização (20) deve permitir hoje articular numa periodização econômica fina uma análise global da classe operária em sua evolução demográfica, cultural, política e através de suas especificidades nacionais, regionais e locais (21).

Sem chegar ainda a relacionar verdadeiramente as grandes fases de acumulação do capital ao movimento de decomposição-recomposição da classe operária (22), comecei a esboçar, no que me concerne, um estudo dos principais fatores de diferenciação e de recomposição da classe operária no nível local.

Ora, a principal aquisição de minha pesquisa me parece ser o fracasso de toda análise economicista que se prendesse a uma simples correspondência entre fatores morfológicos (ramo de atividade, movimentos demográficos...) e estruturas de classe.

Certamente, pode-se notar que a cada nova fase de acumulação do capital corresponde um nivelamento das vantagens adquiridas, bem como o surgimento de novos fatores de heterogeneidade. A estrutura da classe operária é profundamente marcada, tanto em Lille quanto em Marseille, pelo peso

(19) Cf. ENGELS: Prefácio à edição alemã de 1892, *La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*. Paris: Ed. Sociales, p. 392. Ver a esse respeito o meu artigo em *La Pensée*, n.º 166, já citado, p. 147.

(20) Cf. Paul BOCCARA: *Études sur le capitalisme monopoliste d'état, sa crise et son issue*. Paris: Ed. Sociales, 1977; e a série de trabalhos publicados em *Issues* (n.º 1, 2, 7-8), e os *Cahiers d'Histoire de l'Institut Maurice Thorez* ("Capitalisme français — évolutions"), n.º 30, 1979.

(21) A tese de R. TREMPÉ: *Les mineurs de Carmaux* (Ed. Ouvrières, 1971), permanece exemplar para uma análise da formação de uma classe operária local. Ver também a tese de Alain CHENU: *Industrialisation, urbanisation et pratique de classe. Le cas des ouvriers de la région marseillaise*. Toulouse, jan. 1982.

(22) Cf. D. BLEITRACH, J. LOJKINE, E. CARY, R. DELACROIX, C. MAHIEU: *Classe ouvrière et social-démocratie: Lille et Marseille*. Paris: Ed. Sociales, 1981.

do ramo dominante (23), do tipo de mobilização da mão-de-obra (24), pelo grau de mobilidade da força de trabalho (25) ou, enfim, pela divisão sexual do trabalho (26). Contudo, a forma concreta tomada historicamente por essas duas estruturas de classe escapa a todo determinismo morfológico.

Enquanto que tudo opõe o operário provençal de origem, altamente qualificado, proprietário de sua casa, trabalhando no porto, e o trabalhador manual italiano que dorme ao relento e aceita salários de miséria, a organização do movimento marselhês operário saberá ultrapassar de forma duradoura tais divisões e ir contra as diferentes formas de corporatismo e de racismo geradas pelas fases de recessão, notadamente a grande crise dos anos trinta.

Do mesmo modo em Lille, o peso do paternalismo têxtil sobre as operárias não impede a sua adesão à CGT desde o início do século, e mesmo a sua participação nas lutas, especialmente na fiação do linho, onde uma maioria de mulheres conduz os teares. O que não impede que a diferenciação dos dois ramos marcará fortemente as formas e sobretudo o nível de recomposição dos dois coletivos operários: enquanto que em Marseille a massa miserável dos trabalhadores manuais imigrados se transformará numa classe operária relativamente bem paga, protegida por convenções coletivas, na região de Lille a precariedade e a indigência caracterizarão o operário têxtil até a Segunda Guerra Mundial.

Ao passo que os operários de ofício marselhêses, quer se trate dos operários qualificados do porto, das usinas de açúcar ou da metalurgia, saberão integrar em seu combate sindical e político os trabalhadores manuais imigrados, os têxteis de Lille, apesar dos esforços da CGTU e do PCF — minoritários — marcarão uma hostilidade duradoura em face da concorrência feminina. Mas nem tudo se explica pelas características do ramo: diferentemente da classe operária de Lille, a classe operária marselhêsa saberá ultrapassar duradouramen-

(23) Em Marseille, o porto e a reparação naval; em Lille, a fiação de linho e de algodão.

(24) A imigração mediterrânea contínua para Marseille; o fim precoce da imigração belga para Lille.

(25) A mobilidade do metalúrgico marselhês se opõe à fixação dos operários têxteis.

(26) As mulheres são majoritárias entre os têxteis ativos de Lille, e a divisão das tarefas e das remunerações recorta a divisão homens/mulheres. Os homens dominam na metalurgia; as mulheres, nas indústrias alimentares e leiteira em Marseille.

te as diversas formas de corporatismo saído diretamente das políticas patronais de recrutamento, ao passo que nos EE.UU. ou em Hamburgo a simples combinação do fluxo migratório portuário e dos ofícios da reparação naval não permitirá jamais superar as divisões corporatistas. Tocamos pois aí no papel específico das próprias formas de organização operária e de consciência de classe na recomposição da classe operária.

2. *Da empresa, ao espaço de residência: unidade e divisão das formas globais de reprodução da classe operária*

Se, por conseguinte, a empresa é por excelência o lugar de formação da classe operária e, portanto, de suas divisões, não se pode por isso isolá-la dos outros espaços de reprodução de classe, que são o mercado de trabalho e o espaço de residência. Isso vale tanto para as formas de reprodução da força de trabalho como para as formas de solidariedade coletiva; a classe operária não se define apenas por seu lugar no processo de produção — no sentido estrito de relação imediata capital/trabalho na empresa — mas por seu lugar no conjunto das relações de produção no sentido lato: relações de produção, mas também de circulação, de distribuição e de consumo. Para dizer as coisas de um modo mais simples, não é porque a classe operária se define primeiramente por sua capacidade de criar a mais-valia — portanto, de produzir — que ela não possui também um lugar específico no modo de consumo e, mais amplamente, nos modos de vida e na cultura. Noutras palavras, o problema da unidade e da divisão operária não se reduziu jamais aos problemas da coexistência das diferentes categorias de mão-de-obra suscitadas pela empresa e pelo mercado: houve sempre, ao contrário, uma profunda interconexão entre o movimento da força de trabalho como tal e as formas específicas do “mundo operário”, de seu espaço de vida no sentido mais amplo do termo. No meu entender, esse ponto é absolutamente capital se se quer proceder a uma análise lúcida do sentido da crise atual das cidades operárias, de seu “viver mal”, assim como dos novos problemas postos pela ação coletiva operária na empresa.

Para retomar meus exemplos históricos, tanto a divisão como as formas de unificação da classe operária estão estrel-

tamente ligadas aos tipos de organização urbana. Desse modo, em Marseille (no século XIX, no curso da primeira fase de industrialização, até os anos 50) a ausência de política patronal em matéria de habitação operária favorece uma ocupação difusa do espaço territorial pelas diferentes ondas de imigrantes, o que produzirá uma cidade bastante heterogênea, de excepcional extensão, onde imigrantes "livres" para vender a sua força de trabalho, desenraizados, saberão ancorar sistemas de solidariedade coletiva, indo da família extensa a comunidades rústicas que terão por função manter a memória de sua origem e adaptar ao mesmo tempo às formas de exploração patronal (mediante as práticas clânicas, clientelistas) e às formas de resistência operária.

Em Marseille, como, aliás, na periferia parisiense, às "fortalezas operárias" que se constituem entre os anos trinta e os anos cinqüenta são formadas menos por empresas isoladas do que por tecido de unidades de produção emaranhadas nos sistemas residenciais. O tipo mui intenso de mobilidade do emprego, notadamente entre os metalúrgicos, remete assim a uma certa estabilidade residencial, familiar, sindical e política; a família extensa funciona então mais como lugar de constituição da pertinência de classe, de transmissão da experiência vivida, do que como lugar de integração e de fechamento (27).

Por outro lado, nada disso ocorre em Lille: uma mão-de-obra indigente e precária, majoritariamente feminina, num conjunto de emprego muito compartimentado, onde as correntes migratórias propiciam não uma mistura social e cultural, favorável a uma verdadeira diversificação urbana como em Paris, Lyon ou Marseille, mas antes reforçam a divisão operária e a sua dependência em relação às flutuações cíclicas do algodão e do linho.

Nada aqui que lembre a onda de imigrantes que invade incessantemente o porto de Marseille: a imigração belga definitiva pára no começo do século XX, e o traço dominante dos operários de Lille será sua estabilidade residencial e a proximidade de seu lugar de trabalho. Os patrões das fiações de Lille instalarão uma série de políticas paternalistas que visam a controlar a família operária cujos membros todos trabalham freqüentemente na mesma empresa. Se o espaço ur-

(27) Cf. D. BLEITRACH et A. CHENU: *L'usine et la Vie*, p. 30.

bano de Lille é aquele do *coron* (*) ou da cidade usina, não é tampouco até os anos cinqüenta aquele de uma grande cidade que favoreça o caldeamento cultural: a cidade é antes de tudo o produto da justaposição de uma multidão de bairros, verdadeiros isolados culturais, comunidades de vizinhança freqüentemente se ignorando umas às outras.

É essa forma específica de espaço operário que será trabalhado contraditoriamente — mas ao mesmo tempo de maneira complementar — pelo sistema de assistência católica e patronal e por um sistema de ajuda mútua operária majoritariamente reformista; a resistência operária será marcada em Lille pela repressão patronal na empresa e o retorno sobre as associações de bairro e a gestão municipal. A fração mais avançada da classe operária — os metalúrgicos de Fives-Cail e os ferroviários de Hellemmes — será isolada no interior desse sistema de sociabilidade, ao mesmo tempo compartimentado e cortado no essencial das lutas na empresa. Ela não poderá, por conseguinte, desempenhar o papel indutor e unificador dos metalúrgicos marseheses ou parisienses.

3. *A crise atual e as novas formas de divisão operária: como liberar as saídas potenciais?*

Essa referência histórica permite pois relativizar as formas atuais de divisão, segmentação e decomposição do coletivo operário. Nem por isso ela as explica e muito menos permite revelar-lhes os elementos de superação.

O conjunto das formas de solidariedade coletiva produzidas pelos coletivos operários no século XIX e na primeira metade do século XX apoiava-se de fato na autonomia profissional e cultural dos trabalhadores de ofício, notadamente operários profissionais da metalurgia. Ora, é justamente essa dupla autonomia que está destruída hoje, de uma parte pela nova divisão do trabalho nas empresas — com o recorte taylorista das tarefas e o desenvolvimento da mecanização —, e de outra parte pela destruição dos antigos núcleos da autonomia cultural operária que eram a comunidade de vizinhança e a família extensa com a sua divisão sexual das tarefas entre um militantismo masculino e uma vida familiar organizada pelas mulheres.

(*) *Nota do Tradutor:* conjunto residencial ou bairro operário nas regiões mineiras.

Serge MALLET (28) acreditara, nos anos sessenta, encontrar um novo grupo indutor dentro da classe operária na pessoa dos técnicos de produção das empresas automatizadas, os quais substituiriam os "profissionais" de outrora: ora, se nos ativermos às grandes lutas operárias de 1968 ou dos anos setenta, parece que seriam muito mais os "OS" do que os técnicos que teriam contribuído para questionar a divisão e o parcelamento taylorista.

De fato, é apenas recentemente que se põe de modo real o problema das relações entre técnicos e operários, na medida em que a automatização global da produção e do conjunto da concepção e da preparação apenas se inicia (burocraticamente, CAO...).

Por falta de uma análise dos aspectos contraditórios da inserção dos técnicos na classe operária, S. MALLET apagara de fato, parcialmente, a tendência capitalista, com a crise, a acentuar ainda os processos de taylorização e de superexploração do trabalho vivo.

É a razão pela qual o desenvolvimento dos O.S. e de suas lutas parecera a tantos observadores como uma invalidação categórica das teses de MALLET. Ocultando nisso mesmo a outra tendência, visando a desenvolver novas qualificações ligadas à automação (e não às formas acabadas da mecanização).

Na verdade, as teorias fundadas numa recomposição da classe operária ao redor do "operário massa" anulam completamente a diversidade real dos postos e das qualificações em proveito de uma concepção abstrata e utópica de um coletivo operário que nega toda divisão técnica do trabalho: do O.S. das linhas taylorizadas ao operador dos sistemas automáticos, ter-se-ia uma mesma figura operária fundada num trabalho simples, homogêneo, estandardizado. O que significa passar completamente ao lado do procedimento totalmente novo que a automação representa em relação à mecanização, mesmo se o capitalismo tende de igual modo a adaptar as novas formas da automação à divisão taylorista do trabalho.

Daí resulta que as lutas operárias atuais, como a maioria das pesquisas sociológicas, parecem privilegiar as divisões mais do que a unidade operária: trabalhadores estáveis, em virtude de convenções coletivas, contra trabalhadores tempo-

(28) *La Nouvelle Classe Ouvrière*, op. cit.

rários, trabalhadores das grandes empresas contra trabalhadores das fábricas subsidiárias etc...

Ocorre o mesmo em relação aos espaços da vida operária. As antigas comunidades de vizinhança desaparecem em proveito de novas unidades familiares monocelulares, e os fins-de-semana motorizados parecem soar o dobre da vida do bairro, ao passo que o novo lugar das mulheres no trabalho questiona os antigos recortes sexistas entre vida militante e vida familiar.

Contudo, fato mais grave ainda, as divisões do mercado de trabalho parecem enraizar-se numa segregação entre a habitação e o quadro de vida: os guetos para famílias marginalizadas, freqüentemente imigradas, formam bola de neve e iniciam uma decomposição completa das cidades operárias onde o medo, a violência, o retraimento individual substituem os antigos tecidos associativos.

Certamente, o "loubard" (*) ou o "bando" de jovens não é uma invenção da crise dos anos setenta: Marseille dos anos trinta com Sabiani e as gangues que reinavam no porto nada tinha a invejar às atuais ondas de delinqüência. Mas pode-se indagar se as organizações operárias atuais já dispõem hoje dos instrumentos que permitiriam superar a clivagem das gerações e das etnias e forjar uma nova ética que responda às aspirações não apenas da classe operária mas do conjunto das camadas urbanas assalariadas, tanto é verdade que não se pode, menos que jamais, tratar a classe operária como isolado cortado das outras camadas assalariadas.

4. *Do perigo do obreirismo teórico*

Analisar hoje em dia, em toda a sua complexidade, o duplo movimento de decomposição e recomposição da classe operária implica, em meu entender, um duplo esforço: de um lado, relacionar esse movimento a uma análise global da crise e de sua saída, articulando dialeticamente análise econômica e análise "antroponômica", análise do modo de produção e análise do modo de reprodução. Retornarei a esse ponto capital na minha última parte. Por outro lado, relacionar esse movimento ao do conjunto do movimento de reestruturação das classes sociais, notadamente o campesina-

(*) *Nota do Tradutor:* palavra de gíria para designar o jovem de periferia urbana, que pertence a um bando e afeta um comportamento associal.

to (29) e a antiga pequena burguesia, mas sobretudo as novas camadas médias assalariadas.

Mui freqüentemente, com efeito, as diferentes tentativas atuais para discernir formas de recomposição operária têm por ponto comum o fato de cortar radicalmente uma fração da classe operária do conjunto das demais camadas operárias e assalariadas. Tal se dá com os antropólogos que exaltam as formas de solidariedade ligadas às antigas culturas operárias — opostas à cultura dita “burguesa” ou “pequeno-burguesa” — sem tomar em consideração os limites desses sistemas de sociabilidade onde a mulher era excluída da vida pública e profissional, esmagada pelas tarefas domésticas, onde o casal era submetido à norma “clânica” e patriarcal da família extensa. Igualmente, a figura legendária do “Sublime” parisiense, ponta de lança da Comuna (30), corre o risco de apagar um pouco aspectos menos brilhantes da vida operária em 1870, como o alcoolismo, a prostituição e a sorte muitas vezes trágica das crianças. Quanto ao “operário massa”, essa nova figura mítica implica uma dupla ruptura com relação ao operário profissional — concebido como privilegiado — e ao técnico ou ao engenheiro, rejeitados no patronato ou na burguesia.

Operário “indiferenciado”, “homogêneo”, sem qualificação reconhecida, de forte mobilidade, de substituição rápida e fácil nos postos de trabalho, sem organização verdadeira e permanente de luta e de defesa, o “operário massa multinacional” seria o produto do encontro de quatro componentes: os mutantes agrícolas, as mulheres, os “jovens” e os imigrantes (31). Em torno dele, desde os anos sessenta, organizasse-se o conjunto das lutas contra o taylorismo e o fordismo. De fato, como o mostrou muito bem M. PIALOUX (32), a homo-

(29) Cf.: N. EIZNER et B. HERVIEU: *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan, 1979.

(30) *Le Sublime* por D. POULOT, com introduç. de A. COTTEREAU. Paris: Maspero, 1980.

(31) Cf.: B. CORIAT: “Le fordisme, l'ouvrier-masse et la revalorisation du travail manuel”, *Economie et Humanisme*, juil.-aout 1979, n.º 248, p. 64, e a obra coletiva publicada sob a dir. de J.P. de GAUDEMAR: *Usines et ouvriers*, Maspero, 1980.

(32) “Force de travail et structure de classe. A propos de ‘Usines et ouvriers’”, *Critique de l'économie politique*, n.º 15-16, avril-juin 1981. Ainda que o cuidado de desmistificar as grandes construções intelectuais arbitrárias leve a uma forma de positivismo em face do problema — este real — da unidade operária.

geneidade postulada desse "operário massa" é totalmente contradita por qualquer estudo sério da diversidade dos *status* e das qualificações dos operários da grande indústria. Aliás, os próprios autores italianos constataam hoje que essa "figura operária" é retalhada numa "multiplicidade de visões parciais e contraditórias e de lutas operárias como que esface-ladas em mil episódios marginais" (33).

No fundo, o obreirismo teórico possui duas faces: de um lado, um passadismo mítico que leva a construir figuras operárias a-históricas, intangíveis e normativas (desde o "operário de ofício" até o "operário massa"); de outro, um anti-intelectualismo sistemático que alimenta oposições mecanicistas entre "a experiência operária" e a aquisição teórica ou escolar, entre o manual e o intelectual, entre aqueles que fabricam e aqueles que concebem.

Ora, tais análises sociológicas, nutridas mais do que se se pensa de muitas atitudes ainda dominantes em *todo* o movimento operário, introduzem um corte arbitrário, no interior da classe operária, entre, de um lado, O.S. e O.P. e, de outro, técnicos, mascarando dessa forma toda a aproximação objetiva em curso entre os operários e certos trabalhadores intelectuais. A esse respeito, a definição que fornece Michel FREYSSENET da qualificação operária ("grau e frequência da atividade intelectual que um trabalho exige para ser executado") (34) me parece claramente derivada desse obreirismo teórico. Conforme observa mui justamente Claude DUBAR (35), com efeito, essa definição privilegia de maneira mecanicista a oposição, em todos os estádios do maquinismo, entre tarefas manuais e tarefas intelectuais, exatamente quando a evolução das forças produtivas modifica profundamente a definição de "trabalho manual" e de "trabalho intelectual". Assim, a automatização capitalista não se caracteriza, segundo o afirma FREYSSENET, pela "concentração da atividade intelectual nos escritórios de métodos e de estudos", mas muito mais por um duplo movimento de desenvolvimento de certos componentes intelectuais no trabalho operário e de desvalorização de uma grande parte do próprio trabalho intelectual nos serviços de preparação e de concepção.

Do mesmo modo, a insistência posta por certos antropó-

(33) *Usines et ouvriers*, op. cit., p. 97.

(34) *La division capitaliste du travail*, Savelli, 1977.

(35) *Formation permanente et contradictions sociales*. Paris: Ed. Sociales, 1980, p. 47.

logos nas antigas comunidades operárias, nas antigas éticas operárias (esquecendo freqüentemente seu caráter sexista e paternalista) leva a mascarar a verdadeira liberação social (36) que permitiram a produção de habitações monofamiliares, a emancipação do casal, as novas formas de sociabilidade abertas à confrontação, ao intercâmbio, ao caldeamento cultural e, finalmente, à iniciativa dos indivíduos.

5. *Alguns elementos para revelar as formas atuais — potenciais — de recomposição da classe operária.*

Não se trata absolutamente de negar aqui a profundidade da crise que atinge hoje tanto a classe operária quanto suas organizações: divisão entre trabalhadores estáveis e trabalhadores precários, ativos e desempregados, imigrantes e franceses... Certamente, tais divisões não constituem uma novidade, mas a gravidade atual do desemprego não facilita as tentativas do movimento operário para superar tais clivagens.

Penso, porém, que a noção de "crise" não implica apenas na destruição das antigas estruturas mas também na gestação de outras novas: é esse novo em vias de eclodir no mais profundo da crise do capitalismo monopolista de estado que tentarei analisar aqui sumariamente. Privilegiarei, para tanto, um aspecto a meus olhos capital da crise econômica e social do presente: *a saber, a confrontação entre o sistema capitalista e as novas potencialidades incluídas nas formas atuais de automação*. Com efeito, a automação diz respeito agora não mais apenas a certas atividades de gestão e das indústrias de processo (petroquímica, cimento) mas às indústrias de produção descontínua, lugar privilegiado de concentração da classe operária... e de organização do movimento operário (metalurgia). As conseqüências capitalistas atuais dessas primeiras formas de automação (dispensas dos O.S. e mesmo de certos O.P.; intensificação do trabalho; oposição entre trabalhadores estáveis e trabalhadores temporários de firmas subsidiárias...) levam um grande número de sociólogos (37) e de militantes operários a não verem na automação... senão uma nova forma de taylorismo e de exploração capitalista. Na

(36) Cf.: Michel VERRET: *L'Espace Ouvrier*. Paris: A. Colin, 1979.

(37) Cf.: B. CORIAT, R. LINHART, *Passim*.

minha opinião, é um gravíssimo erro que desconhece o *lance revolucionário* das mutações tecnológicas atuais, por menos que o movimento operário revolucionário se apodere das novas potencialidades tecnológicas para propor e fazer operar uma outra organização do trabalho, um novo sistema de qualificações e um novo modo de gestão (da oficina à empresa). A fase tecnológica precedente — aquela da mecanização na indústria de grande porte — revelou já alternativas limitadas mas reais (rotação dos postos, recomposição e ampliação das tarefas) face à divisão taylorista do trabalho, lá onde as lutas operárias souberam pesar sobre a organização capitalista do trabalho. A própria natureza da crise atual (crise de eficácia do conjunto da produtividade capitalista) e a novidade das potencialidades oferecidas pelas primeiras formas de automação — rompendo com o princípio mecânico como tal — permitem hoje ir muito mais longe. Com efeito, contrariamente ao mito da “usina sem homens”, a automação de seqüências inteiras do processo de produção e a informatização das formas mais padronizadas e mais simples da regulação e do controle das máquinas implicam numa fortíssima qualificação (técnica, mas também social) dos operadores supervisores. A importância das avarias, o seu custo etc. põem hoje no primeiro plano o papel do *controle preventivo* e, portanto, da *prevenção dos defeitos*.

Contrariamente às ilusões tecnicistas e tecnocráticas do começo da automação, os próprios dirigentes capitalistas se deram conta da ineficácia total do antigo sistema tayloriano para fazer funcionar os conjuntos automatizados. A justaposição de supervisores “O.S.” (ou quase “O.S.”) e de um serviço de manutenção exterior à oficina se revela hoje pouco rentável: daí o interesse das novas “missões de produtividade” dos patrões europeus... e americanos no Japão, onde uma qualificação maciça dos operadores e uma integração de todos os coletivos de trabalho à gestão da empresa explicam em grande parte os ganhos de produtividade da indústria japonesa.

Nem por isso os “círculos de qualidade” japoneses deixam de ser adaptações capitalistas ao novo limiar tecnológico: o critério econômico permanece o da taxa de lucro, da acumulação do capital material e... da sobre-exploração do trabalho vivo.

Numa outra perspectiva inteiramente diversa (a de um outro cálculo dos custos de produção que privilegiasse o

desenvolvimento dos homens e economizasse os gastos em capital material), o movimento operário francês poderia hoje utilizar a passagem à automação para relacionar uma nova qualificação operária a uma nova organização do trabalho desembocando em relações novas entre trabalho material (na oficina de fabricação) e trabalho intelectual. Hoje em dia já se constata, com efeito, que o bom funcionamento de seqüências automatizadas exige a polivalência dos reguladores, dos operários de manutenção e dos serviços de conservação, o que tende a apagar pouco a pouco as antigas clivagens na medida em que o comando numérico e os microprocessadores permitem ao operador programar ele mesmo o seu trabalho.

Não apenas a presença de técnicos muito qualificados na oficina torna-se pois uma necessidade, mas a própria relação do produtor direto com sua máquina — portanto, o trabalho operário — torna-se cada vez mais abstrata e implica a intervenção de faculdades intelectuais (atenção, dedução...), de capacidades de iniciativa e de responsabilidade — levando-se em conta os custos das instalações —. A divisão atual entre executores e conceptores não tem pois nada de inelutável tanto quanto a precarização dos empregos, pelo viés da empreitada e da temporalidade: pode-se também demonstrar que uma verdadeira eficácia social passa por uma homogeneização do estatuto dos trabalhadores, pela supressão das compartimentações hierárquicas assim como pelo fim da embrulhada da empreitada.

Do mesmo modo, o "fim dos O.S." não é inelutavelmente... a sua dispensa: uma verdadeira formação profissional — mais ou menos inexistente na hora atual para essa categoria operária — pode lhes permitir tornarem-se operários profissionais integralmente, os quais poderão supervisionar e controlar os novos conjuntos automatizados (38).

Tradução de

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

(38) Para maiores detalhes, remeto ao meu artigo publicado por *Sociologie du Travail*, n.º 2, 1982: "Crise et renouveau de la sociologie du travail".